

DOCUMENTO	
Documentação	
SOCIAMBIENTAL	
Fonte	Amazônia.org.br
Data	6/5/2002 Pg
Class.	280

Nota Oficial da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados sobre a venda de crianças índias no MS e a inauguração de Pelotão na TI Raposa Serra do Sol

Deputado ORLANDO FANTAZZINI (PT-SP)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Brasília, 06 de maio de 2002

SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS REQUER AÇÕES URGENTES DO PODER PÚBLICO

Mais um episódio expôs de forma dramática a exclusão dos povos indígenas no Brasil. A imprensa noticiou na semana passada que crianças índias estão sendo vendidas no Mato Grosso do Sul, em razão da absoluta falta de recursos de suas famílias, da etnia Guarani Kaiowá. Esse mesmo povo tem convivido com o suicídio em massa de seus jovens, a fome e a desnutrição permanente. Os Guarani Kaiowá estão perdendo, junto com suas terras tradicionais, as esperanças no futuro, no Estado e nas leis.

Tal situação requer ações articuladas por parte da FUNAI, da Justiça, Ministério Público Federal, Conselhos Tutelares e Juizados de Infância e Adolescência, cada qual no âmbito de suas responsabilidades. A agilidade na efetiva demarcação das terras dos Guarani Kaiowá, entre outras políticas públicas, são indispensáveis para criar condições ao exercício de direitos fundamentais, como à alimentação. Do contrário, o Estado poderá ser responsabilizado e sofrer sanções pelas cortes internacionais de direitos humanos.

Outro fato emblemático ilustrou a relação desrespeitosa do Estado brasileiro para com os povos indígenas. O Exército brasileiro inaugurou, no dia 2 de maio, o 6º Pelotão Especial de Fronteira na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ignorando ação judicial interposta pelas comunidades indígenas, ainda em julgamento, além de apelos formulados por entidades ligadas aos interesses dos povos indígenas, organizações de direitos humanos e por milhares de cidadãos de todo o mundo, que fizeram uma campanha de envio de pedidos nesse sentido à autoridades públicas do Brasil. O próprio ato de inauguração – marcado pela exibição de força militar diante dos índios – foi considerado pelo Conselho Indígena de Roraima ofensivo às lideranças indígenas.

Cabe lembrar que tanto as lideranças indígenas quanto as organizações que apoiam esses povos irmãos, entre as quais se inclui esta Comissão de Direitos Humanos, não se opõem à construção de instalações militares ou operações militares visando a segurança na região fronteira. O que repudiamos, isso sim, é o desprezo que o Exército demonstrou pelos povos indígenas, não consultando-os nem com eles negociando soluções que conciliem o interesse do Exército com os dessas comunidades, fortemente atingidas pela presença militar em suas terras.